

## **CORPOS PRECÁRIOS: apontamentos para a relação entre corpo e cidade**

### ***BODIES IN PRECARIETY: notes on cities and bodies***

---

Simone Frangella\*  
Taniele Rui\*\*

#### **Resumo**

O presente artigo parte da inter-relação analítica entre corpo e mundo social para se debruçar sobre a articulação entre o corpo e a cidade, duas dimensões materiais, geográficas, sociais e políticas que se perpassam e se influenciam como territórios físicos e culturais de produção e enunciação de processos sociais e políticos. Enfocando, sobretudo, as vidas e os corpos das pessoas que vivem ou trabalham em situação precária nas ruas, pontuamos que a produção e a reprodução da vida diária têm o espaço físico e as redefinições contínuas sofridas por ele como sua base e condição cotidiana de existência. Nesse sentido, o corpo aparece não apenas como presença imagética e material ou como metáfora de projetos urbanos, mas como uma experiência concreta, múltipla e influente na própria constituição da cidade. Nessa relação específica de escala entre corpo e cidade, portanto, a condição de precariedade aparece como fundamental, pondo a nu e de forma conflitiva como as condições socioeconômicas, bem como as imposições do poder urbanístico sobre determinados sujeitos, vão moldando corpos abjetos resistentes e tendo paisagens urbanas redesenhadas.

**Palavras-Chave:** Corporalidade. Habitantes de rua. Espaço urbano. Teoria Antropológica.

#### **Abstract**

This article discusses the analytical interrelation between the body and the social world, in order to focus on the articulation between the body and the city. Both are material, geographical, social and political dimensions; they constitute physical and cultural territories of production and enunciation social and political processes, permeating and influencing each other. Taking in particular account lives and bodies of people working or living in precarious situation in the streets, we claim that the production and the reproduction of daily life is conditioned by the physical space and its continuous redefinitions. In this sense,

---

\* Investigadora de pós-doutoramento, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal. Este artigo foi produzido no âmbito do pós-doc. no ICS/Universidade de Lisboa, com bolsa da FCT Referência SFRH/BPD/111800/2015. E-mail: sifrangella@gmail.com.

\*\* Doutora em Antropologia Social pela Unicamp/Brasil. Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas/Brasil. E-mail: tanieler@unicamp.br.

the body emerges here not as an imagery and material presence and neither as an inspiring metaphor, but rather as concrete and multiple experience, influencing the own constitution of the city. In this specific scale relation between body and city, therefore, the condition of precariousness defines a fundamental marker, bringing up in a conflicting way how socio-economic conditions and urbanistic hegemonic forces mould abject resistant bodies and re-design urban landscapes.

**Keywords:** Corporeality. Street inhabitants. Urban space. Precariousness.

## Introdução

O corpo e a cidade estão entrelaçados na experiência urbana contemporânea. Embora na história da civilização ocidental, tal qual narrada, por exemplo, por Richard Senett (1997), as vivências corporais específicas sejam produto e produtoras dos espaços urbanos, o momento presente parece indicar uma especificidade, a partir das profundas mudanças no contexto social e político urbano nas últimas décadas, e do consequente *boom* de análises teóricas sobre a corporalidade. Do mesmo modo, mudanças econômicas, sociais e políticas da virada do século XX elevaram o corpo a instrumento de transformação e base de projetos da modernidade, provocando, assim, a necessidade de discutir seu estatuto epistemológico (BUTLER, 1993; CSORDAS, 1994; FERREIRA, 2013; FOUCAULT, 1999; GIDDENS, 1993; HARAWAY, 2000; LE BRETON, 1990; TURNER, 1991).

Perceber a intensidade da relação dialógica entre as experiências urbanas e as corporais e entender o corpo na cidade requer focar sua presença imagética e material na arquitetura e na dinâmica urbana, não apenas como metáfora inspiradora de projetos urbanos, mas como uma experiência concreta, múltipla e influente na própria constituição da cidade. Em uma política de escala, o corpo ocupa seu primeiro nível (SMITH, 2000). Lugar primário da identidade pessoal, marca a fronteira com o Outro no sentido físico e social e nele se concentra a construção do espaço pessoal e fisiológico. Questões de gênero, raça, entre outras diferenças sociais, são construídas, sobretudo, em torno da identidade corpórea. Na tentativa de entender de que forma algumas construções corporais podem ser enunciadoras do diálogo entre o corpo e a cidade, o esforço primeiro nesta pesquisa é o de remeter à relação entre as perspectivas epistemológicas e metodológicas sobre a questão do corpo na Antropologia. Embora não seja o espaço para longas digressões, faz-se necessário iluminar as questões contemporâneas sobre o corpo e suas “incorporações” no debate teórico e, na sequência, refletir sobre sua dinâmica nas experiências urbanas contemporâneas, especialmente a partir dos mais marginalizados das urbes.

No debate que apresentamos, propomo-nos focar uma condição que expressa de forma intensa a relação entre as escalas espaciais do corpo e do espaço urbano: o corpo precário. Por precariedade entendemos o contexto global marcado pela incerteza econômica, dominação do estado, a erosão do mundo do trabalho e ameaça à própria existência pessoal. Trata-se de compreender não apenas essa experiência da precariedade, mas também perceber como essa mesma forma de vida desencadeia uma forma de governá-la e de assisti-la (FASSIN, 2015). O corpo interrogado neste artigo traduz a despossessão e a vulnerabilidade constitutivas das assimetrias de poder e dominação que ordenam a cidade.

Em seu constante processo de desumanização, sujeito a não ter sua fragilidade reconhecida (BUTLER, 2006), esse corpo encontra-se no limiar da exposição, da dor e da subtração. Porém, ao mesmo tempo, a potencial agência dessa corporalidade supõe táticas e interações nas quais sobreviver significa mais do que assegurar integridade física. Sobreviver, sugere Fassin (2010), propicia a transformação da vida física em política de vida que vai além da desposseção, e que pode se tornar instrumento político, recurso moral ou expressão afetiva.

De modo a articular os elementos indicados, na primeira parte deste artigo, faremos um breve mapeamento sobre os modos diversos como o corpo tem sido visto na teoria antropológica, observando seu estatuto epistemológico ao longo do tempo. Em seguida, analisaremos algumas possibilidades de articulação da literatura entre corpo e cidade, auxiliando na construção de um viés teórico a partir do qual estabelecemos um parâmetro para observação empírica. Por fim, mostraremos como nossos trabalhos etnográficos junto a moradores de rua e usuários de crack complexificam a proposta analítica de pensar corpo e cidade em seu entrecruzamento geográfico, político e social. É a partir da descrição de experiências e engrenagens sociais que podemos assinalar a corporalidade precária vivida a partir do próprio espaço urbano.

### **O corpo e a teoria antropológica**

Como importantes balanços bibliográficos observam (ALMEIDA, 1996; CRAPANZANO, 2004; CSORDAS, 1990, 1994; VARGAS, 2001), o corpo como categoria analítica teve espaço central na Antropologia ao longo de seu desenvolvimento. No fim do século XIX e início do XX, a busca por atestar a universalidade do homem coloca o corpo como o ponto de partida, como o suporte biológico comum sobre o qual formas culturais e sociais diversas estariam ancoradas, formatando-se de acordo com seus contextos. Assim, o corpo como substrato partilhado ora seria a comprovação da universalidade humana (TURNER, 1991; VARGAS, 2001); ora, como o corpo do “outro”, funcionava como demarcador principal da alteridade (FERREIRA, 2013, p. 497). Além disso, o corpo também serviu como a medida fronteira (tanto nas discussões evolucionistas quanto nas referentes ao tabu do incesto), da distinção entre natureza e cultura, questão cara à teoria antropológica. Em ambos os casos, o corpo aparece nos primórdios da disciplina como uma base biológica dada, sobre a qual a cultura e as instituições sociais operam, destacando-o do mundo natural.

Reforçando, por outra via, a dimensão da cultura, a teoria antropológica desenvolvida nas primeiras décadas século XX concebeu o corpo como suporte sobre o qual a tradição social se projeta e se atualiza, uma construção social sobre a qual se mobilizam codificações simbólicas variadas. Na pioneira e incontornável formulação maussiana (MAUSS, 1974), o corpo surge, assim, como primeiro e mais natural objeto técnico, simultaneamente é ferramenta original com que os humanos moldam o mundo; e substância a partir da qual o mundo humano é moldado. O legado de Mauss e de outros autores clássicos (CLASTRES, 1978;

DOUGLAS, 1976 e 1978; HERTZ, 1907; LEACH, 1957; SEEGER *et al.*, 1980; TURNER, 1974; VAN GENNEP, 1978) desloca o peso de uma visão “naturalista”, que privilegiava a materialidade dos corpos, para uma visão “culturalista” que enfatizaria que os corpos são “construções sociais” que mobilizam codificações simbólicas variadas, criando uma Antropologia do corpo cuja base incide com “forte ênfase nos usos metafóricos e metonímicos dos símbolos naturais na reprodução da ordem social e na projeção do corpo como sistema classificatório” (ALMEIDA, 1996, p. 4). É nesse sentido que o trabalho exemplar de Mary Douglas (1976) firma o corpo como a fonte mais natural de alegorias de ordem e desordem, articuladas de forma a reiterar a ordem social.

O corpo aparece ainda como limite da relação entre civilização e natureza nas análises de Norbert Elias (1990, 2001), que se preocupam em indicar como a sociedade ocidental, da Idade Média até o século XX, conformou-se a um autocontrole criado a partir de uma estrutura que molda e limita as emoções e as maneiras do indivíduo a partir de códigos de comportamento, funções corporais, relacionamento entre sexos e controle da agressividade. Nas análises de Elias, reforça-se a individualização de corpos por meio da criação histórica de uma “distância civilizadora”. Porém, tal individualização só é possível quando o corpo é inscrito nessa rede de relações interpessoais e funcionais que o posiciona socialmente e favorece o comportamento racional, civilizado, socializador.

Parte da leitura contemporânea, no entanto, observa que se a perspectiva “culturalista” retirou o caráter instrumental e reducionista da perspectiva “naturalista”, incorreu, por sua vez, em um determinismo social dogmático (ALMEIDA, 1996) que operou a partir da dicotomia cartesiana corpo-mente. Sobre tal aspecto residirá o ponto mais forte das críticas contemporâneas pós-estruturalistas às abordagens sobre o corpo em Antropologia.

Em síntese, se até meados do século XX o corpo era tido como lugar depositário dos processos sociais e instrumentais da racionalidade civilizadora, nas décadas de 1970 a 1990 se inicia um redimensionamento de seu estatuto na teoria antropológica. Associadas a uma revisão epistemológica e metodológica sobre o tema estão as constantes “redescobertas do corpo” (SANT’ANNA, 2000), no contexto social e político, que o trazem revigorado para o centro dos debates contemporâneos da disciplina. Passando a possuir uma posição de destaque, o tema “corpo” moveu discursos e práticas sociais, políticas e econômicas a partir dos anos 1960 e 1970, que são repensados a cada década sequente, em seus limites e propósitos.

Para além dos desdobramentos teóricos, nas décadas de 1960 e 1970, o corpo tornou-se também o motor político de movimentos sociais, reivindicado pela manifestação favorável à possibilidade de inúmeras práticas sexuais, o fim de determinados tabus corporais, a liberação feminina, tornando-se um desafio às instituições criticadas como tradicionais (como a igreja). De forma bem sintética, poder-se-ia dizer que esse foi o momento em que o corpo emergiu como o epicentro de emergentes configurações políticas e de revoluções crescentes que foram se fazendo no decorrer dessas décadas no plano dos direitos individuais e sociais, dos limites entre o público e o privado, e das criações de novas identidades coletivas e individuais (WEEKS, 1998).

Nas décadas recentes, o corpo vem sendo objeto de vários estudos nas ciências sociais e humanidades (FERREIRA, 2013). Foram feitas investigações históricas sobre as sensibilidades corporais e o estudo do corpo no cotidiano; novos estudos apareceram sobre a história da saúde, da higiene e do corpo medicalizado. Atualizaram-se trabalhos de outras épocas como os de Mauss e Elias, e surgiram estudos sobre novas práticas e representações corporais. No contexto das artes, da publicidade, da ciência e da mídia tornou-se premente a necessidade de se reformular as concepções sobre o corpo. Nas artes e na educação física criou-se, sobretudo, a necessidade de se expandir as fronteiras corporais. Especialmente a teoria feminista projetou-se de forma contundente nesse momento e provocou uma mudança de direção na teoria social ao incluir na compreensão dos processos sociais as questões de diferenciação orgânica e a importância destas para a problemática social (BUTLER, 1993; FAUSTO-STERLING, 2001; HARAWAY, 2000). Nessa perspectiva, também os estudos filosóficos e genealógicos de Michel Foucault sobre corpo, sexualidade e suas imbricações com os aparatos e dispositivos de poder tornaram-se uma forte e inovadora referência no campo intelectual, atravessando as décadas com muitas filiações e críticas acadêmicas. A mesma centralidade vale para a noção de *habitus* trabalhada por Pierre Bourdieu.

As reconsiderações no plano acadêmico estão em correlação com transformações sociais de cada período. Como coloca Almeida (1996, p. 4), no momento histórico em que vivemos, “o corpo é um terreno privilegiado das disputas em torno quer de novas identidades pessoais, quer da preservação de identidades históricas, da assunção de híbridos culturais ou das recontextualizações locais de tendências globais”. As novas teorias buscam a quebra de dualidades; em particular, tentam superar a partilha ontológica entre corpo e mente; e tentam, igualmente, articular análises cognitivistas, semióticas e fenomenológicas, com propostas não necessariamente conciliáveis (ALMEIDA, 1996). Longe de esmiuçar essas diferenças no presente texto, cabe ressaltar que são as novas tendências que trazem à tona elementos significativos para a compreensão sobre corpo na sociedade contemporânea, seguida de uma ampla terminologia conceitual em elaboração (corporalidade, incorporação, encorporação, corporeidade, excorporação etc.). De mais importante, o corpo deixa de ser um objeto analítico ou empírico dado, essencializado, e passa a ser situado na história, simultaneamente como agente e objeto. Nesse debate, ganha projeção o corpo vivido, substância sensível e sensorial, *embodied* (encarnado) (CSORDAS, 1991). O corpo vivido “é vivido e construído em reação (que pode ser não apenas conformação) ao contexto tal como o percebe (material e simbolicamente) nas suas estruturas e organização” (FERREIRA, 2013, p. 520).

O corpo é, desse modo, visto contemporaneamente para além de uma entidade na qual se inscrevem mecanismos de poder e dominação; mas como uma atividade simultaneamente física, material, social e política, que se constrói na relação com outros corpos. Nesse sentido, o corpo tornou-se um meio fundamental em torno do e através do qual ocorrem as transformações sociais e políticas do mundo contemporâneo. Nas palavras de Terence Turner (1994, p. 31), “o corpo tornou-se, portanto, um dos principais campos de batalha no qual a luta para forjar uma perspectiva crítica adequada às características mutantes da realidade contemporânea social, política e da realidade cultural está sendo batalhada”.

---

## O corpo e a cidade

Nesse debate, entrevemos especificamente o corpo na sua relação com a cidade. No plano da experiência urbana contemporânea, a perspectiva corporal se destaca, na medida em que o meio urbano oferece contexto e possibilidades de conformação corporal. A cidade se torna “a condição e o meio no qual a corporalidade é social, sexual e discursivamente produzida” (GROSZ, 1999, p. 381).

De uma determinada perspectiva, Richard Sennett (1997) enuncia esse quadro. Partindo da construção de uma trajetória histórica sobre a relação entre a constituição dos espaços urbanos e as vivências corporais específicas de cada povo na civilização ocidental, o autor procura mapear um “corpo político”, cujas relações de poder pressupõem uma idealização da imagem corporal. Essa imagem, idealizada e imposta (legitimada ora por textos religiosos, ora por pressupostos iluministas), que amarra e pacifica o corpo, interferiu, modificou e tentou dar contornos à cidade. Sennett verifica a presença dessa relação em Atenas, em Roma, na Veneza Renascentista, no individualismo parisiense, a partir das expressões da arquitetura, do urbanismo e da vida cotidiana. Os mecanismos de pacificação e moldagem do corpo estariam em constante confronto com a própria experiência urbana que é a da diferença, da complexidade social, da estranheza.

O diagnóstico que Sennett faz da metrópole contemporânea traz dessa trajetória histórica seus elementos, particularmente a partir do século XVII, quando o corpo passou a servir de analogia para os princípios do individualismo moderno e para os planejamentos urbanísticos. A rua foi, na concepção iluminista, um espaço urbano importante, cruzando o centro da cidade ou as áreas residenciais, configurada a partir de um modelo de tráfego análogo às artérias e veias humanas e o contínuo deslocamento de sangue e de sua irrigação para os órgãos. Os pulmões também foram outra grande referência analógica. Os jardins e as praças passaram a ser concebidos, especialmente na Paris do século XVIII, como pulmões urbanos, densamente arborizados, prontos a garantir aos habitantes da cidade a ideia de respiração saudável, de amplitude, de livre circulação. Tais concepções se solidificaram no século XIX, inclusive nas reformas urbanísticas inglesas e francesas (SENNETT, 1997, p. 264), tendo como consequência os espaços reservados para indivíduos em locomoção, mais do que para multidões em movimento. Com a preocupação do perigo das multidões, incitou-se a circulação frenética e manteve-se o mecanismo de tornar os espaços da cidade cada vez mais amplos e visíveis.

Esse interessante resgate histórico mostra que características caras às metrópoles de hoje – o individualismo, a velocidade, e a circulação – compõem um pano de fundo para o diálogo entre as dimensões sociais corpo e cidade. A velocidade dos transeuntes e dos veículos de locomoção transformou a paisagem urbana e o processo de movimentação corporal (BENJAMIN, 2000). Por um lado, Sennett indica o quanto a dinâmica movente da cidade pode permitir a resistência à eterna pretendida imagem idealizada do corpo; por outro, esses mesmos projetos urbanísticos provocam a ausência de interação de corpos e a ameaça à interação social.

De forma genérica, pode-se identificar nas grandes metrópoles contemporâneas, o quadro que Sennett apresenta. As metrópoles vêm sofrendo

um processo relativo de esvaziamento. Praças e ruas vêm sendo transformadas continuamente em lugares de passagem, ao mesmo tempo que se ampliam as construções de condomínios fechados e shoppings, espaços privados que mimetizam o espaço público (CALDEIRA, 2000; DE CERTEAU, 1994; FRUGOLI JR, 2013; SENNET, 1997; ZUKIN, 1991) e a produção de enclaves de segregação, de controle e de cuidado (AGIER, 2006). Há um deslocamento de personagens sociais dos espaços que estão sob a mira da intervenção urbana. Áreas urbanas que estão sendo revitalizadas são uma indicação do processo de “limpeza”. A reformulação de tais espaços, tendo como perfil o consumo visual (ZUKIN, 1991), tende a expulsar, num processo de gentrificação, antigos moradores e segmentos da população que utilizam a rua para fins de trabalho ou de habitação.

Assim, as modificações urbanas deslocam personagens sociais em função de interesses financeiros e urbanísticos e têm ganhado batalhas nos esvaziamentos dos espaços e na formação de lugares públicos como códigos universais de consumo. Ocorre que há de se considerar o peso de uma relevante propriedade que Sennett enuncia, mas não explora: a pluralidade sendo a própria condição da existência da cidade. A racionalidade que pauta a ordenação urbana perde de vista a heterogeneidade historicamente constituída que concebeu a experiência urbana a partir dos passos cotidianos dos praticantes da cidade, cujo traçado indefinido e contingente se contrapõe e se desvia dos mecanismos e discursos da organização totalizante (DE CERTEAU, 1994).

A importância dessa característica está no fato de que, ao fundamentar a própria experiência urbana e criar uma geografia movente, contingente e inovadora, ela garante dinâmicas e características próprias a cada cidade e gera possibilidades de interações, conflituosas ou não, de corpos em meio a essa multidão, parte da dinâmica que o cotidiano – cuja política é inerentemente espacial (SMITH, 2000, p. 4) – produz nos lugares de passagens, nos espaços ainda pretendidos públicos, pois, como expressa De Certeau (1994), os transeuntes traçam seus passos pela cidade, criam outras espacialidades, movimentos contraditórios, caminhadas ilegíveis ao controle urbanístico, ressignificações constantes de ícones urbanos. Perfazem cidades dentro da Cidade. É uma mobilidade que cria singularidades e ressignifica locais, indicando uma movimentação de corpos para além de mera passagem, que a perpassa e muitas vezes a confronta. Se o espaço se transforma pelo movimento desses corpos, esses, por sua vez, expressam e reelaboram as interações sociais e políticas que o delinham.

Desse modo, o corpo como metáfora e referência para a construção de projetos urbanos é uma dimensão fundamental para pensar a cidade, uma vez que ele foi, de fato, um parâmetro essencial na construção das perspectivas urbanísticas dos últimos séculos. No entanto, a ênfase nessa dimensão perde de vista outras propriedades do corpo, simbólicas e materiais. Em uma avaliação crítica sobre as análises já realizadas entre corpo e cidade, Elizabeth Grosz (1999) indica de forma generalizada dois tipos de abordagens teóricas que assumiriam essa perspectiva: na primeira, que exprime em geral a perspectiva humanista, corpo e cidade possuem uma relação externa; a cidade seria reflexo ou produto dos corpos; estes seriam pré-datados à cidade, seriam a motivação para a construção da cidade. Nesse recorte,

refaz-se a dualidade entre corpo e mente e o corpo estabelece com o espaço urbano uma relação causal. Mas, de acordo com as teorizações contemporâneas destacadas no item anterior, a complexidade da interação entre a corporalidade e o espaço urbano requer que se tenha como referência o dinamismo dos dois termos.

Grosz sugere uma outra possibilidade de enfoque: o corpo é ativo na produção e na transformação da cidade, mas ambos não estão ligados de maneira causal, ao contrário, conformam-se mutuamente. Tal perspectiva ressalta o caráter fluido e constantemente descontínuo dos fluxos urbanos, nos quais os corpos se orientam e se organizam, são reinscritos e se reinscrevem, são transformados e transformam. Nesse sentido, ela recupera o corpo como praticante da cidade, a materialidade e a capacidade de agenciamento desse corpo se soma ou se confronta às suas projeções metafóricas e à sua imagem idealizada, visível na exposição midiática das imagens que jorram na cidade e nos discursos sobre o corpo, o ambiente de vida. A conjunção dessas propriedades parece ser a maneira do corpo estar na geografia urbana e simultaneamente alterá-la.

É interessante pensar, como ilustração, nos carrinhos com rodas de vendedores ambulantes de grandes cidades, utilizados para guardar o material que vendem, para cobrir longas distâncias nos pontos onde trabalham, para escapar do poder policial que os oprimem. Em São Paulo, uma estratégia é estender as mercadorias no chão sob um pano ou lona de modo a poder formar rapidamente uma bolsa em caso de escape da fiscalização policial (HIRATA, 2012). Trata-se de recursos que propiciam ao vendedor ambulante sua mobilidade na cidade, inclusive em espaços interditados para sua permanência, lugares que simbolizam e concentram poder, como é o caso de grandes avenidas que concentram setores financeiros das metrópoles (OLIVEIRA, 1998). A facilidade que esses artefatos “tecnológicos” criam para o deslocamento reforça a resistência do ambulante em se restringir a áreas restritas como os camelódromos e de poder exercer seu comércio com a característica que lhe é peculiar, a não fixidez.

De modo semelhante, as estratégias políticas da tecnologia são veículos de dominação, mas também de possíveis intervenções políticas diferenciadas no espaço. Neil Smith descreve um veículo chamado “Poliscar”, concebido pelo artista Krzysztof Wodiczko, para os sem-teto. Ainda que o carro seja mais um instrumento artístico e de protesto, ele possui uma utilidade prática; é simultaneamente simbólico e funcional. Os veículos permitiriam ao *homeless*, excluído e limitado no espaço público, superar, em parte, o deslocamento social que lhe é imposto. Ao oferecer proteção e privacidade – e até um sistema de comunicação que lhe permitiria vigiar através de câmeras o espaço em que vive –, o veículo ampliaria a possibilidade de sobrevivência do morador de rua (SMITH, 2000). Dessa forma, haveria a reformulação da relação entre o corpo do morador de rua e o espaço urbano, por meio da reapropriação dos mecanismos tecnológicos de informação e comunicação projetada no espaço geográfico.

Tais exemplos trazem à tona uma propriedade fundamental da vida urbana: a prática da política do cotidiano, inerentemente espacial, e que refaz continuamente os nexos entre as formas urbanas e as experiências corporais (SMITH, 2000, p. 135). Corpo e cidade, assim, perpassam-se e influenciam-se na condição de territórios

físicos e culturais de produção e enunciação de processos sociais e políticos (SMITH, 2000). Ambas, experiências urbanas e construções corporais, constituem fronteiras espaciais e culturais entre amplitudes geográficas heterogêneas que, inter-relacionadas, compõem o cotidiano. A produção e a reprodução da vida cotidiana têm o espaço físico e as redefinições contínuas sofridas por ele como sua base e condição de existência. “O cuidado com o corpo, o acesso físico ao corpo e o controle sobre o corpo são as avenidas centrais de disputa nessa escala” (SMITH, 2000, p. 145). Nesse sentido, o corpo está em interface com várias escalas, seja reiterando preconcepções impostas, seja criando formas de resistência. Há uma interface com o plano regional, nacional e global. O espaço urbano se define, nessa política de escala, sobretudo pelas possibilidades de deslocamento socioeconômico. É a esfera diária do mercado de trabalho, cuja diferenciação espacial é mediada pelo mercado imobiliário e pelo zoneamento urbano. A separação espacial de atividades comerciais, industriais, de lazer e outras são pautadas pelos níveis diferenciais de aluguéis, pela política do governo e pelas instituições privadas. Porém, uma vez que a extensão da escala urbana é mais demarcada pelas relações socioeconômicas que pelas fronteiras administrativas, são realçadas as delineações socioculturais e os conflitos entre as fronteiras passam pela incitação ao deslocamento nesse mesmo espaço.

Ou seja, a estruturação espacial parece sempre ameaçada pelo desenvolvimento urbano rápido, pela variação dos aluguéis que segue os fluxos econômicos e as crises fiscais que continuamente expandem as próprias condições econômicas e ambientais que perfazem o crescimento da cidade. Esse contexto urbano tenso oprime e concentra determinados grupos econômicos – em geral, os que estão ligados às condições de trabalho exploradas –, ao mesmo tempo em que a demanda por expansão cria possibilidades de organização política desses mesmos grupos, assim como instiga constantes reformulações nas fronteiras urbanas. Corpo e cidade nessa mobilidade possuem uma relação que é primeiramente assimétrica porque são resoluções geográficas da experiência social com amplitudes diferenciadas; mas é simultaneamente dialógica, com zonas limítrofes permeáveis e mutantes. Corpo e espaço urbano relacionam-se a partir dessa interface, de forma dinâmica. É preciso entender a dinâmica fluída que acompanha suas fronteiras, encarando um modelo de relação que não os vê como duas entidades estanques, mas como territorialidades que se entrecruzam de forma fragmentada e temporária.

### **A rua e a construção do corpo abjeto**

Nessa política do cotidiano, ao focar, sobretudo, as vidas e os corpos das pessoas que vivem ou trabalham em situação precária nas ruas das cidades, pontuamos que a produção e a reprodução da vida têm o espaço físico e suas redefinições contínuas como base e condição de existência. Nessa relação específica de escala entre corpo e cidade, portanto, a condição de precariedade aparece como fundamental. Ela evidencia a forma como as condições socioeconômicas, bem como as imposições do poder urbanístico sobre determinados sujeitos, vão moldando e sendo moldadas por corpos abjetos resistentes e tendo paisagens urbanas redesenhadas.

É a partir dos quadros analíticos enunciados ao longo deste artigo que pensamos o corpo precário na rua, base de reflexão de nossas pesquisas empíricas feitas ao longo de duas décadas e meia (1990-2015)<sup>1</sup>. Embora o material etnográfico do qual emergem as considerações tecidas ao longo deste texto baseiem-se sobretudo nas experiências da população de rua e de usuários de crack (com ou sem vivências sobrepostas), a “corporalidade precária” pode também ser identificada, com algum grau de semelhança, nos atores sociais que trabalham nas ruas, como os vendedores ambulantes, os travestis, as prostitutas, os artistas de rua, os catadores de materiais recicláveis etc. Habitar as ruas fazendo delas o lugar de trabalho, de moradia e de sociabilidade é contrapor-se à cidade contemporânea, tal como projetada e ideologizada. Essa contraposição cotidiana, de um lado, tem perversos desdobramentos para essa população, que sofre um contínuo processo de desposseção e subtração material e simbólica (FRANGELLA, 2010). De outro lado, como espaço de vivência e sobrevivência, a vida nas ruas remete a novas inventividades territoriais e políticas constituídas por esses sujeitos a partir da própria condição de exclusão (RUI, 2014).

Nessa dinâmica, a imagem do corpo abjeto é produzida em função das condições materiais e simbólicas da precariedade referida. Nesse sentido, a abjeção apresenta-se como eixo analítico que permite entrever a interface entre corpo e espaço urbano a partir de uma corporalidade que se constrói no revés do projeto corporal da cidade contemporânea e em uma situação liminar; portanto, ambígua. Nessa condição, são corpos que, como coloca Rui (2014), perturbam ficções de identidade, sistema e ordem. O abjeto remete a projeções de alteridade controversas, simbólicas e morais; e sobretudo “refere-se, assim, ao desconforto diante dessa corporalidade” (RUI, 2014, p. 22), fazendo observar uma relação conflituosa desenvolvida com a cidade e com os atores urbanos.

Em seu cotidiano, habitantes das ruas circulam em meio a limitadas possibilidades de permanência, e torna-se importante perceber como as condições do espaço vão construindo os contornos da abjeção. O amontoamento e a mistura entre seus corpos, os materiais recicláveis, o contato corporal com os cachorros e os gatos de rua, com os ratos que invadem suas habitações provisórias, com o lixo circundante, fazem irromper cenas que sugerem um circuito de ambiguidades e fusões de inspiração medieval<sup>2</sup> (RODRIGUES, 1999, p. 116) e que ferem a legibilidade totalizante e hegemônica que pretende o olhar urbanístico.

As marcas estão impressas nas roupas, na qualidade da tez, nos dentes, no cabelo, nas unhas, na limpeza de olhos e ouvidos, no emagrecimento ou inchaço, no cheiro, na situação dos pés. Esses elementos são afetados, em maior ou menor intensidade, conforme o grau de despojamento na rua, do afastamento dessa

---

1 Essas reflexões acompanham os nossos trabalhos de mestrado e doutorado.

2 A inspiração referida neste estudo evoca a descrição do período medieval, feita por José Carlos Rodrigues, no qual se vivenciava continuidade e vizinhança entre coisas e pessoas, entre diversas classes sociais e mesmo entre o corpo vivo e o morto, entre corpo e alma. Essa convivência faz parte de uma mentalidade que só se altera a partir do século XVII (RODRIGUES, 1999).

população dos lugares propícios para cuidado, e conforme as condições ou os equipamentos que permitam manejar a fronteira entre os espaços sujos e limpos. Assim, nesse universo, a aparência corporal pode variar entre ser completamente dissimulada na movimentação das ruas (como é o caso dos frequentadores de albergue) ou exprimir a imagem expoente do desgaste corporal, por meio do qual costumamos qualificar os mendigos e “loucos de rua”. A vivência desse cotidiano expõe a condição de vulnerabilidade e degradação que esse circuito pode proporcionar.

Os habitantes das ruas estão constantemente marcados por sinais de pancadas, facadas, queimaduras, registros de conflitos cotidianos e explosivos. A pele é inegavelmente um instrumento relevante para decifrar a linguagem dos embates que cercam os moradores de rua. A sujeira e o asfalto aderem à pele mais exposta, principalmente a do rosto e dos braços, deixando-a encardida e confundindo-a com os cobertores cinza e com mau cheiro. Em alguns casos, o grau do encardimento propicia o mimetismo com as ruas, e gera um efeito ambíguo de repulsão e esquecimento. Esse mimetismo opera como uma transversalidade da superfície dessa paisagem de poder (OLIVEIRA, 1998). As práticas estéticas são difíceis e irregulares na rua. Uma mesma pessoa pode se acomodar na rotina dos banhos diários dos albergues e, semanas depois, ser encontrada dormindo suja nas ruas. Os corpos também carregam os cheiros da rua e variam em intensidade. Quanto mais próximo do asfalto – como dormir sobre papelões apenas – dos cachorros e da fumaça das fogueiras, mais marcante é o cheiro. O uso contínuo das mesmas roupas e o cobrir-se com os plásticos e papelões colhidos na rua aumentam o cheiro de suor. Em muitos dos casos, esse odor se soma ao do álcool consumido. A extensão dos cheiros aos corpos indica o grau de interpenetração entre estes e os limites espaciais sobre os quais permanecem.

Em relação específica aos efeitos corporais do uso contínuo do crack em situação de rua, observa-se, para além da sujeira, dentes incisivos superiores marcados; lábios constantemente secos, fraturados com microfissuras e queimaduras, ocasionadas pelo contato com os cachimbos ou alumínio aquecidos; dedos grossos, amarelados e bastante rachados; voz rouca. A essas marcas de superfícies, que fazem coligar “margens sociais” e “margens corporais” (DOUGLAS, 1978), soma-se o que é entendida pelos consumidores da droga como emblema máximo do “autoabandono”: a perda de peso que, gradualmente, produz um corpo demasiadamente emagrecido.

No entanto, os sinais associados a essa abjeção obedecem a um processo ambíguo: de um lado, imprimem-se marcas da sujeira, do envelhecimento, do emagrecimento, das doenças e dores, dentro do contexto de ausência de condições objetivas e subjetivas para o asseio diário do corpo. De outro, tais marcas podem ser atenuadas e transformadas pelos habitantes da rua, tanto para melhorar sua imagem quanto para estabelecer certas táticas corporais que ajam a seu favor. Essa diversidade está relacionada à heterogeneidade das formas de estar na rua, das condições de operar com seus recursos e sinalizar marcações de um corpo que se coloca continuamente em uma posição de resistência à sua subtração total, material ou simbólica.

Em oposição a essa aparência radical de despojamento e de desgaste corporal situam-se os frequentadores mais assíduos de albergue e de programas

assistenciais variados que têm acesso à lavagem diária de roupas, à alimentação regular, ao resguardo da exposição ao relento, ao corte de cabelo. Eles asseguram uma aparência na qual o estigma do morador de rua perde força. Afirmam-se aí distinções entre essas formas de estar na rua, formuladas a partir de representações feitas pelos próprios usuários sobre a diferença entre “abandonar-se na rua” e “querer sair dela”. E, entre essas duas categorias, há os que operam de forma mais difusa e contingencial com os limites entre a sujeira e a limpeza, assim como com a preservação corporal. A busca pela imagem do corpo limpo ou pelo abrandamento da condição abjeta atenua as agressividades físicas e verbais nas calçadas, auxilia na busca de serviços e facilita interações sociais.

Além disso, as práticas de ordenação e de limpeza de suas habitações são experiências da ordem doméstica trazidas para o espaço da rua. A preocupação com essas práticas carrega consigo uma experiência histórica dos costumes do “processo civilizador”, o qual elevou em primeiro plano a condição asséptica dos espaços urbanos e determinou como situação de incivilidade a entremeação das fronteiras entre corpos humanos, objetos, animais, restos, muito característica da Idade Média (ELIAS, 1990; RODRIGUES, 1999). E se a modernidade é também medieval (ALSAAYAD; ROY, 2009), na experiência urbana contemporânea, de forma paradoxal, os moradores de rua não estão apenas se opondo ao imaginário urbano corrente, mas por muitas vezes, esforçam-se incansavelmente para manifestar seus padrões de civilidade – o que faz com que a experiência da precariedade corporal não seja vivida individualmente como “transgressão” ou despojamento, mas, principalmente, como vergonha e autoabandono.

É certo, portanto, que a sujeira e a abjeção associadas à rua diagnosticam a desordem tanto para os moradores de rua quanto para os que vivem à parte desse universo. Nesse sentido, o controle sobre a deterioração corporal é fruto das restrições que o corpo social impõe sobre o corpo físico, como coloca Mary Douglas em uma medição de distâncias sociais entre “sujeitos poluentes” e “sujeitos puros” (DOUGLAS, 1978). Reconhecer esse constrangimento é reconhecer o corpo também como mergulhado em um campo político no qual as relações de poder o investem, marcam-no, sujeitam-no (FOUCAULT, 2008).

Porém, há representações e práticas contraditórias nesse universo. A diversidade de circuitos no espaço urbano e o corpo ativo e resistente dos moradores de rua torna o limiar codificador desses corpos mais flexível e desafia a dualidade classificatória que estabelece categorias de oposição integradas.

Os discursos e as práticas urbanísticas fragmentam e hierarquizam espaços urbanos, por meio da ampliação de espaços abertos de circulação: da higienização e assepsia do espaço público; e, sobretudo, da política contínua de intervenção urbana de banimento e separação do lixo, dos restos, do fedor sobre as ruas e lugares públicos. Esta política higienizadora estende-se do espaço urbano para a população que vive na rua. (RODRIGUES, 1999; SENNETT, 1997). Nesse sentido, a condição de falta de lugar está marcada no corpo (KAWASH, 1998). Se a não propriedade e o deslocamento contínuo que caracterizam essas vivências soam como uma ameaça aos controles e às definições do “público” normatizado no espaço urbano, o corpo abjeto, como coloca Kawash, materializa e expõe essa ameaça (FRANGELLA, 2010).

A descrição desse quadro não se encerra, entretanto, com a densa percepção dessas marcações corporais. É também interesse de pesquisa apreender o que a produção desses corpos abjetos gera no mundo social, urbano e político, pois, não sendo correto perceber a abjeção apenas em termos negativos, um esforço grande deve ser empreendido para igualmente observar seus efeitos políticos e espaciais. Rui (2014), por exemplo, observando o grande perambular de sujeitos com corpos enunciadores do consumo de crack nas ruas, descreveu as diferentes territorialidades urbanas que eles produzem, bem como a complexa trama de disputas terapêuticas, assistenciais e repressivas que se conforma em torno deles. De Lucca (2011) também se interessou por historicizar o processo sócio-histórico que configurou a população de rua como “questão social”, espécie de objeto técnico-político de gestão na cidade.

Disso se extrai, portanto, que não se pode perder de vista o quanto uma população de corpos abjetos que circula e se fixa nas cidades produz uma gama enorme de políticas. Internamente, tais corpos criam políticas para sobreviver, externamente, são criadas políticas para controlá-los, reprimi-los, vigiá-los, civilizá-los ou mesmo assisti-los, ajudá-los, salvá-los. Em torno da situação de rua, uma nova arena de disputa se estabeleceu entre saberes profissionais das áreas sociais e de saúde, práticas de cuidado e repressão do Estado, reorientada por mudanças legislativas. Para além disso, as drogas, e sobretudo o crack, tornaram-se, no Brasil atual, um debate que partiu igualmente das ruas para tomar projeção no espaço público, fazendo mover moralidades, governos, religiões e muito dinheiro.

Num cenário atual, em que, longe de ser mínima, é excessiva a presença de Estado na vida desses sujeitos, o paradoxo político é observar como esta presença não é, entretanto, capaz de se reverter em efetivas garantias de direitos. Sempre muito machucados e muito humilhados, sempre despossuídos dos seus próprios – e poucos – pertences, os que habitam as ruas têm de lidar em seu cotidiano com a descontinuidade dos programas sociais, com demissões e adoecimentos de funcionários aos quais se vincularam, com a supressão de seus veículos de trabalho, as carroças. Se contrapondo a esse processo, e tendo já assumido na cena pública o estatuto de “sujeitos políticos”, articulam, por meio do Movimento Nacional da População de Rua (mas não só), políticas de valorização – e não simplesmente de retirada das ruas (MELO, 2016).

Como se observou nesse item, a força e a fraqueza desses corpos precários nas ruas parece ser justamente a capacidade de insistirem em se contrapor às projeções urbanísticas contemporâneas, pois tais corpos e vidas, ao se aglomerarem principalmente nos espaços centrais das cidades, criam territórios ambíguos e liminares aos quais se mimetizam. Produzem espaços igualmente precários e abjetos que funcionam como locais de abrigo e proteção, mas também de perigo e violência. Por um lado, tal ocupação os torna vulneráveis ao embate constante com as forças urbanas da “ordem” e às violências das ruas. Por outro, uma vez se estabelecendo com frequência nesses espaços, criam e desenvolvem redes de relações e prestações sociais infinitas que lhes garantem bem mais que a possibilidade de sobrevivência física, mas a própria possibilidade de vida social e política. É, portanto, inscrevendo-se no espaço, e como Michel Agier (2011) já bem observou, que juntos os corpos precários promovem uma política cotidiana da vida que resiste.

### Considerações finais

Este artigo é resultado de um exercício de reflexão analítica que começou por mapear o corpo na discussão antropológica, redimensionando seu estatuto epistemológico; seguido do desafio de esquadrihar a dinâmica entre a cidade e a construção das corporalidades. Esse debate, que muito orientou teoricamente o olhar em nossas pesquisas, foi, então, experimentado em nossas descrições etnográficas e complexificado por elas. As construções das corporalidades de habitantes das ruas e usuários de crack com os quais trabalhamos, revelaram como as dimensões fisiológicas e materiais, as afetivas e as sociais compõem uma experiência marcada pela fragilidade e pelo confronto espacial, mas também pela agência política e pela resiliência.

Diante da ausência do espaço da casa como uma territorialidade que permite outro nível de controle e de proteção da intimidade, bem como da exposição de fragilidades físicas, sociais e econômicas, o corpo dos habitantes das ruas articula-se em relação aos espaços que o confinam ou que ele conquista, às formas de redefinir espaços privados, de exposição de suas mazelas físicas. Se a forma, a norma e a estrutura dos mecanismos e dos movimentos do espaço urbano filtram e afetam os elementos que contribuem para a constituição da corporalidade, esta se realinha, reinscrevendo os domínios públicos e privados diante da espacialidade específica em que se encontra (FRANGELLA, 2010). Os habitantes das ruas redimensionam, (re) situacionam seus corpos (GROZS, 1999).

A problematização dessa corporalidade auxilia também a dialogar, a partir do plano empírico, com os desafios teóricos contemporâneos sobre o corpo. Ou seja, os constrangimentos e as potencialidades sociais e políticas são também, e talvez sobretudo, corporais, no sentido de que o corpo sofre e produz esses processos. Para além disso, a ação do corpo e sobre o corpo deve também ser vista do ponto de vista intersubjetivo na interface com outros corpos e a produção de diferenças sociais codificadas em categorias de representação e classificação (FERREIRA, 2013).

Nas cidades que escapam à totalidade do planejamento urbanístico e convivem com a “Cidade-conceito” (DE CERTEAU, 1994), o corpo precário atravessa experiências contraditórias nas urbes. No entanto, é a dinâmica entre a insistência dessas relações de poder e os desafios dos “praticantes da cidade” que permite a emergência de corpos vulneráveis, mas também resistentes.

É essencial apontar para as condições de dominação econômica, política e social que criam vidas precárias e sistemas de exclusão. Contudo, é igualmente necessário não deixar que tais sujeitos e corpos, associados geralmente a essa condição de *bare life* (excluídos, marginalizados, doentes, refugiados) sejam reduzidos a ela. Nesse sentido, ponderamos que é preciso levar em conta a produção de gestões e de limites da vida, os investimentos de sobrevivência qualificados por Fassin como sendo a vida mais intensa possível (desejo de vida), a vontade de criar biografias (FASSIN, 2010). Situar-se no nível dos corpos precários implica evidenciar a radicalidade da experiência do entrelaçamento entre existência física, espacial, afetiva e política.

---

## Referências

- AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Revista Tempo Social**, USP, v.18, n. 2, p. 197-215, 2006.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Corpo Presente: antropologia do corpo e da incorporação. In: ALMEIDA, Miguel Vale de (Org.). **Corpo presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo**. Oeiras: Celta, 1996, p.1-22.
- ALSAAYAD, Nezar; ROY, Ananya. Modernidade medieval: cidadania e urbanismo na era global. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 85, p.105-128, 2009.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive meanings of "sex"**. Londres: Routledge, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Precarious life: the powers of mourning and violence**. Londres: Verso Books, 2006.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CLASTRES, Pierre. Da tortura nas sociedades primitivas. In: CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Porto: Afrontamento, 1979, P. 173-182.
- CRAPANZANO, Vincent. **Imaginative horizons: an essay in literary-philosophical Anthropology**. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2004.
- CSORDAS, Thomas. Embodiment as a paradigm for anthropology. **Ethos**, n. 18, p. 5-47, 1990.
- \_\_\_\_\_. Introduction: the body as representation and being-in-the world. In: CSORDAS, Thomas (Org.). **Embodiment and experience: the existencial ground of culture and self**. Londres: Cambridge University Press, 1994, p. 1-24.
- DE CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DE LUCCA, Daniel. Sobre o nascimento da população de rua: trajetórias de uma questão social. In: CABANES, Robert et al. (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia em São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- \_\_\_\_\_. Los dos cuerpos. In: DOUGLAS, Mary. **Símbolos naturais: exploraciones en cosmología**. Madrid: Alianza Editorial, 1978, p. 89-107.
- ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, v 1.
- \_\_\_\_\_. **A Solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FASSIN, Didier. Ethics of survival: a democratic approach to the politics of life. **Humanity: an International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development**, v. 1, n. 1, p. 81-95, fall 2010.
- \_\_\_\_\_. **At the heart of the State: the moral world of institutions**. Londres: Pluto Press, 2015.
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 9-79, 2001/2002.
- FERREIRA, Vitor Sergio. Resgates sociológicos do corpo: esboço de um percurso conceptual. **Análise Social**, 208, XLVIII (3), p. 494-528, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro, Graal, 1999, v 1.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.
- FRUGOLI, Heitor; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

- GROZS, Elizabeth. Bodies-Cities. In: PRICE, Janet; SHILDRICK, Margrit (Org.). **Feminist theory and the body**. New York: Routledge, 1999, p. 381-387.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 33-118.
- HERTZ, Robert. Contribution a une etude sur la representation collective de la mort. **Anné Sociologique**, 10, p. 48-137, 1907.
- HIRATA, Daniel. A produção das cidades securitárias: polícia e política. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, p. 13, mar. 2012.
- KAWASH, Samira. The *Homeless Body*. **Public Culture**, v. 10, n. 2, p. 319-339, 1998.
- LE BRETON, David. **Anthropologie du corps e modernité**. Paris: PUF, 1990.
- LEACH, Edmund. The epistemological background to Malinowski's empiricism. In: FIRTH, Raymond. (Ed.). **Man and culture: an evaluation of the work of Bronislaw Malinowski**. Londres: Routledge, 1957, p. 119- 138.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**, São Paulo: EPU & Edusp, [1934] 1974, v 2, p. 209-234.
- OLIVEIRA, Marcelo A. Nahuz. **Avenida Paulista: a produção contemporânea de uma paisagem de poder**. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. As infinitas descobertas do corpo. **Cadernos Pagu**, n. 14, p. 235-249, 2000.
- SEEGER, Anthony. **Os Índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- SENNET, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **O Espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000, p.132-175.
- TURNER, Bryan. Recent development in the theory of the body. In: FEATHERSTONE, Michael; HEPWORTH, M.; TURNER, Bryan S. (Orgs.). **The body: social process and cultural theory**. London: Sage, 1991, p. 1-35.
- TURNER, Terence. Bodies and anti-bodies: flesh and fetish in contemporary social theory. In: CSORDAS, Thomas (Org.). **Embodiment and experience: the existencial ground of culture and self**. Londres: Cambridge University Press, 1994, p. 27-47.
- TURNER, Victor. **O Processo ritual, estrutura e anti estrutura**. São Paulo: Vozes, 1974.
- VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- VARGAS, Eduardo Viana. **Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas**. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. 2001.
- WEEKS, Jeffrey. The sexual citizen. **Theory, Culture and Society**, v. 15, n. 3-4, p. 35-52, ago./nov., 1998.
- ZUKIN, Sharon. **Landscapes of power: from Detroit to Disney World**. Los Angeles: University of California Press, 1991.